



Psicologia Clínica

ISSN: 0103-5665

psirevista@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Janeiro

Brasil

de Vilhena, Junia; Garcia de Freitas Bittencourt, Maria Inês; Zamora, Maria Helena; de Vilhena Novaes, Joana; de Carvalho Rosa Bonato, Maira

Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais

Psicologia Clínica, vol. 23, núm. 2, 2011, pp. 171-186

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio De Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291022027011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MEDOS INFANTIS, CIDADE E VIOLÊNCIA: EXPRESSÕES EM DIFERENTES CLASSES SOCIAIS

*Junia de Vilhena**
*Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt***
*Maria Helena Zamora****
*Joana de Vilhena Novaes*****
*Maira de Carvalho Rosa Bonato******

RESUMO

O objetivo deste trabalho é ilustrar manifestações do medo infantil, considerando a classe social como um possível balizador. Tomando como eixo condutor uma pesquisa realizada em três escolas na zona sul do Rio de Janeiro, buscamos mostrar o efeito da violência nas produções subjetivas infantis, mais especificamente o medo, em crianças de diferentes classes sociais. Para isto, foi utilizado o desenho como ferramenta de análise.

* Psicanalista. Doutora em Psicologia Clínica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social – LIPIS da PUC-Rio. Pesquisadora da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Pesquisadora correspondente do Centre de Recherches Psychanalyse et Médecine, CRPM-Pandora. Université Denis-Diderot Paris VII.

** Doutora em Psicologia Clínica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Supervisora do Setor de Crianças do Serviço de Psicologia Aplicada da PUC-Rio. Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social – LIPIS.

*** Psicanalista. Pós-doutoranda em Clínica Médica (UERJ). Pós-Doutora em Psicologia Social (UERJ). Doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas Clínica e Experimental em Biologia Vascular (Bio-Vasc) da UERJ. Coordenadora

Evidenciaram-se diferentes produções de crianças pertencentes a diferentes classes sociais. Por fim, buscamos, igualmente, ressaltar o papel da mídia como um potente agenciador de subjetividade no tocante ao estímulo a uma cultura do medo.

Palavras-chave: violência; classe social; medo; desenhos.

ABSTRACT

CHILDREN'S FEARS, CITY AND VIOLENCE AS EXPRESSED IN DIFFERENT SOCIAL CLASSES

The objective is to illustrate children's expressions of fear, as far as social classes are concerned. Based on a research conducted in three schools in the southern area of Rio de Janeiro, we show the effects of violence on children's subjective productions. Using their drawings as a tool of analysis, we enhance the different productions of children belonging to different social classes as far as fear is concerned. We seek also to emphasize the role of media as a powerful agent in the production of subjectivity, encouraging a culture of fear.

Keywords: violence; social class; fear; drawings.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo observar como o medo infantil é manifestado, quando consideramos a classe social como um possível balizador das produções subjetivas. Tomando como eixo condutor uma pesquisa realizada em três escolas na zona sul do Rio de Janeiro, sobre a qual falaremos mais adiante, buscamos mostrar os efeitos da violência presente na vida cotidiana da cidade em crianças de diferentes classes sociais.

O contexto de grande desigualdade social do Rio de Janeiro é um agenciador de subjetividade e não podemos deixar de lado que o lugar onde crianças vivem

do Núcleo de Doenças da Beleza da PUC-Rio. Pesquisadora e psicoterapeuta do LIPIS. Pesquisadora correspondente do Centre de Recherches Psychanalyse et Médecine – Université Denis-Diderot Paris 7 CRPM-Pandora. Bolsista da FAPERJ.

**** Doutora em Psicologia Clínica. Professora do Depto. de Psicologia da PUC-Rio. Professora do Mestrado em Psicologia Social da UNIVERSO, RJ. Vice-coordenadora do LIPIS. Consultora do “Protagonismo Universitário e Empoderamento Profissional”, PUC-Rio/SEPPIR. Professora das pós-graduações lato sensu em Psicologia Jurídica: UERJ e UNAMA/PA, do Curso de Especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania da UFRJ. É docente da Especialização em Psicologia da Saúde da PUC-Rio.

***** Psicóloga.

e estudam, ou seja, seus territórios, sejam fatores importantes em suas produções subjetivas. Nenhuma identidade, seja ela individual ou coletiva, pode ser construída fora de sua cultura de referência (Vilhena, 2003).

Segundo Marc Augé (1994), os “lugares” são fundamentais porque são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito.

Por isto, afirmamos que é também no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. E a partir dele é possível pensar o viver, trabalhar, formar laços sociais e identificar-se com os semelhantes. É a partir de um lugar – inicialmente representado pelo círculo materno/infantil – que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, sentimo-nos incluídos ou à margem (Vilhena & Santos, 2000).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta de territórios segregados, vistos como perigosos, ilegais e ameaçadores, contra os quais as práticas mais autoritárias e excludentes podem ser perpetradas. Não se pode desprezar o impacto de tais olhares, discursos e ações de força na constituição da subjetividade dos moradores mais pobres (Vergne, 2010), marcada por esta profunda apartação social. Os sentimentos de vergonha, de dúvida e de ódio contra si mesmo, a desvalorização dos seus e até uma identificação fantasiosa com o grupo dominante (Wacquant, 2001) não raro acompanham até mesmo as crianças por morarem onde moram, por serem quem são, o que inegavelmente constitui uma fonte de sofrimento psíquico.

Não há, assim, como falar de subjetividade desvinculando-a de seu território de pertencimento. Se as chamadas comunidades – em virtude da violência do tráfico e da polícia – encontram-se bastante confinadas (Zamora, 1999), com efeitos visíveis em sua sociabilidade e estruturação psíquica, um fenômeno análogo pode ser observado com os moradores do asfalto em virtude do esvaziamento dos espaços públicos e da crescente privatização da cidade.

À desconfiança mútua e à exclusão social a cultura da cidade responde redesenhando-a e traçando mapas de segregação socioespacial – o que Jameson (1996) conceitua como *mapeamento cognitivo*, com o registro de estratégias de sobrevivência que os sujeitos traçam ao longo das gerações. A segregação espacial – expressão e reprodução dos processos de desigualdade social – produz grupos que se distinguem por uma afinidade de valores e modos de vida comuns e por estratégias de enfrentamento da vida cotidiana semelhantes, que interagem com o ambiente urbano mais geral.

O medo tem balizado essas precárias cartas de navegação social, esses encontros improváveis entre classes e pessoas apartadas; encontros não raro marcados pela hostilidade. Contudo, o medo não funda nem reforça laços sociais; o medo os esgarça cada vez mais.

Tudo isso influencia diretamente as produções subjetivas das crianças, que estão deixando de ter medo de bruxas, monstros e fantasmas e estão explicitando receio por elementos derivados da violência presenciada no cotidiano. A brincadeira, que ocorre num espaço de liberdade e criação simbólica (Winnicott, 1975), está, para muitas crianças (vivendo em lugares de risco ou confinadas em moradias de luxo), sendo substituída por atividades limitadas e isoladas como ver televisão ou jogar videogame, e nelas a violência acaba sendo ainda mais evidenciada e reforçada (Bittencourt, 2006).

A pesquisa de campo, que ilustra esse trabalho, revela que devemos atentar para o afastamento e a impossibilidade de um espaço de interação conjunta e socialmente heterogênea. O campo ilustra, também, o trabalho clínico e comunitário desenvolvidos no SPA da PUC-Rio e no Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social – LIPIS da PUC-Rio, onde as autoras são pesquisadoras.

SOBRE O MEDO

Entendemos que a sua estrutura orgânica permite ao homem responder física e psicologicamente aos sentimentos, afetos como o medo são um bom exemplo disso. Entretanto, a forma como ele se manifesta é definida pela cultura, como resultado da aprendizagem social. Entre os vários afetos, o medo é também constantemente recriado de diversas maneiras, a partir dos agenciamentos estabelecidos ao longo da vida do sujeito.

A ordenação simbólica do espaço fornece uma estrutura fundamental para a experiência individual, permitindo a formulação das representações a respeito do mundo que nos cerca e também de quem somos e do que somos dentro de uma determinada situação. É na cultura que se encontram as representações e valorações que determinam, em cada contexto sócio-histórico, as relações do sujeito com seu corpo e consequentemente sua própria identidade. Estas representações são mediadas pela dimensão que Castoriadis (1992) chamou de imaginário social, que integra o campo das ideias e está para a sociedade assim como a imaginação está para o indivíduo.

Assim, o medo é uma experiência que, a partir de uma origem biológica, varia culturalmente. Devemos pensar em uma história do medo, pois, uma vez

não havendo “o medo” em si, é preciso pensá-lo como algo tão mutável quanto as sociedades.

A difusão do medo relaciona-se diretamente com a institucionalização da vida em sociedade, uma vez que a socialização do homem, nos espaços privados e coletivos, apenas é possível a partir de práticas de dominação social e política sobre os indivíduos. É então possível pensarmos a existência de uma *cultura do medo*, em que os mitos de castigo são instrumentos fundamentais, como parte da institucionalização da vida coletiva nas sociedades.

Cada vez mais, vivenciamos o fechamento paulatino dos espaços de convivência pelas grades. Assistimos (certamente com repercussões clínicas) a uma inversão histórica em uma tradição milenar da humanidade. O que agora causa pânico são os espaços abertos e não mais os fechados. Temos medo de andar pelas ruas, pelas praças, pelas avenidas como se do aberto, do público, da *ágora* pudesse surgir os demônios das “classes perigosas”. Fingimos também desconhecer que grades, cercas e muros não são objetos inertes e sim discursos que produzem respostas e agenciam subjetividades (Vilhena, 2009).

Entre os medos a que são habituados os indivíduos humanos estão aqueles associados aos temores de colocar a vida em risco. O medo liga-se a determinadas formas de exercício de poder (humanos, sociais, sobrenaturais, sagrados), que devem ser obedecidas e respeitadas. O medo é, portanto, responsável pela criação e existência de uma forma particular de mundo na qual somos socializados que funciona como mecanismo de controle social e assume um importante papel na socialização dos indivíduos.

O mundo humano como produto das práticas sociais dos homens não é, porém, apenas produto. Este mundo age sobre o homem, condicionando e produzindo seu comportamento. Tudo que o caracteriza como ser social é produto de aprendizagem na vida em sociedade, na cultura. Seus espaços, valores, ideias e normas são resultados das práticas individuais e coletivas, não podendo ser compreendidos fora do contexto e do processo de sua produção.

A realidade social, pela ação do simbólico, é dotada de sentido e aos indivíduos é oferecida uma visão da ordem das coisas apreendida subjetivamente. Portanto, a sociedade consegue sancionar sua Ordem através do simbólico e, por isso mesmo, obtém a legitimação da realidade social, ou seja, das estruturas, papéis sociais, normas e crenças como coisas dotadas de sentido, com razões para existir. Essa legitimação tem como efeito, no plano da subjetividade individual, promover sentimentos de segurança e participação. Desta maneira, os indivíduos sentem-se seguros de que a Ordem Social existe por razões bem determinadas e não está ameaçada de ser destruída.

Tudo que diz respeito ao sujeito é construído de acordo com os elementos socioculturais vigentes. Como já dito acima, Castoradis (1992) afirma que as significações imaginárias são legitimadas e se tornam incontestáveis nas sociedades que as validam. Desta forma, percebemos atualmente, como já apontamos, o surgimento de uma “cultura do medo” (Vilhena, 2003, 2009) ou de um “imaginário do medo” (Bittencourt, 2006), significativamente caracterizado pela violência urbana. A exploração deste fenômeno pela mídia nos alerta maciçamente que não há mais garantias de lugares seguros, independente da classe social a que o sujeito pertença.

Esta sensação não estaria vinculada a um medo individual, que corresponde a uma ameaça real ou desconhecida, mas sim a um medo socialmente partilhado, que manipula o senso comum. Ao falarmos de imaginário do medo, estamos lidando com o simbólico manifestado em narrativas “que atribuem características e laçam pontos de mediação entre ações e significações sociais” (Correa, 2008: 17).

O ESPAÇO DE PROTEÇÃO E REPOUSO ROUBADO

Segundo Campos et al. (2005), as crianças estão entre as maiores vítimas dessa situação de violência e caos, pois desde muito cedo expostas a esse tipo de informação. Segundo os autores, isso pode gerar uma angústia devido a um acúmulo de experiências desagradáveis, principalmente quando temos um movimento cada vez mais frequente no sentido em que o medo deixa de existir no campo do imaginário e torna-se algo concreto e real no cotidiano. As patologias referentes às consequências da violência experimentada por esses indivíduos estão se tornando maiores. Os medos tradicionalmente infantis, como de escuro e das diversas figuras imaginárias representante do desconhecido e estranheza, saem de cena dando lugar a medos que são frutos diretos da realidade em que esses indivíduos vivem.

Segundo Bittencourt (2006), quando conseguimos identificar em um outro simbólico a causa da nossa angústia, embora não possamos nos livrar dela, podemos criar estratégias de proteção que podem ser bem ou malsucedidas dependendo dos recursos de que dispomos para reelaborar esse sentimento amedrontador. Campos et al. (2005), na linha de pensamento originalmente proposta por Bettelheim (2001), lembram que as histórias infantis têm o importante papel de criar uma espécie de mundo paralelo; através da fantasia é possível experimentar e sentir diversas sensações que podem ser vividas de maneira lúdica.

Ainda de acordo com Bittencourt (2006), através da brincadeira com seu espaço delimitado, com suas regras e troca de papéis, há a possibilidade de uma res-simbolização, permitindo a elaboração do medo: “Aquela representação assustadora, que se referia à morte, podia ser contida, simbolizada em palavras, transformadas em

ações controladas por regras no espaço nem totalmente imaginário, nem totalmente real da brincadeira, de modo a possibilitar o crescimento no mundo real".

O estabelecimento de um vínculo forte com um adulto capaz de proteger passando confiança esbarra com a questão do terror presenciado na violência cotidiana. Como assegurar a criança de que não há perigos quando todos em seu ambiente se deparam com tiroteios, assaltos, brigas, mortes e situações nas quais estão diante da real violência que se dá de forma tão amedrontadora?

Atualmente, muitas crianças vivem experiências que afetam diretamente seus espaços externos e impedem a construção de espaços internos com sentimentos de confiança, onde afetos angustiantes podem ser elaborados. As crianças estão cada vez mais confinadas em moradias precárias ou impossibilitadas de sair de suas casas. A atividade simbólica da brincadeira é substituída por atividades como ver televisão ou jogar *video game* e a violência, em vez de ser reelaborada, acaba cada vez mais sendo evidenciada e encenada pela TV e jogos (Bittencourt, 2004).

Campos et al. (2005) tocam neste ponto quando afirmam que os famosos duelos entre o bem e o mal são cada vez mais frequentes e reais em nosso cotidiano. Nesses casos, nem sempre o bem vence o mal, como nas histórias infantis, com um final feliz.

SOBRE O CAMPO PESQUISADO

A pesquisa, fruto da monografia de final de curso da aluna Maira Bonato, foi realizada em três escolas frequentadas por crianças entre 9 e 12 anos, das classes médias, altas e por crianças das camadas populares.

A principal ferramenta utilizada foi o desenho por este ser um instrumento avaliador que pode revelar o conhecimento de forma abrangente. A partir dele a criança organiza informações, processa as experiências vividas e passadas e demonstra seu aprendizado com o mundo a sua volta. Segundo Grisa e Lemes (2008), é com o desenho que as crianças representam as vivências mais significativas para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Lembram os aspectos mais profundos que este instrumento é capaz de demonstrar:

O desenho, forma de pensamento, propicia oportunidade de que o mundo interior se confronte com o exterior, a observação do real se depare com a imaginação e o desejo de significar. Assim, a memória imaginação e observação se encontram, passado e futuro convergindo para o registro da ação no presente. Como o pensamento visual, o desenho é estímulo para a exploração do universo imaginário; é, também, instrumento de abstração e de classificação (Grisa & Lemes, 2008: 4).

As três instituições foram selecionadas por concederem abertura para a pesquisa, tendo sido respeitados todos os procedimentos éticos, formalizados no termo de consentimento assinado pelos pais.

A dinâmica da pesquisa se constituiu em um primeiro momento em uma solicitação ao grupo que desenhasse o elemento que evocasse mais medo, sendo realizado o seguinte pedido: “Quero que vocês desenhem aquilo que traz mais medo a vocês”. Já em um segundo momento, após terminarem o primeiro desenho, foi pedido que desenhassem a alternativa para eliminar esse medo. Essa questão foi formulada da seguinte forma: “Agora quero que vocês desenhem o que vocês fariam para acabar com esse medo”.

A intenção era que na primeira solicitação conseguíssemos conhecer as causas do medo e na segunda questão avaliar o modo como o medo é vivenciado pela criança e principalmente trabalhado por ela. Foi a partir desse segundo momento que se tornou possível perceber de forma mais profunda o modo como a ameaça é encarada pelo sujeito e como pode ter significativa representação na constituição de sua subjetividade.

De posse dos desenhos, foram elaboradas categorias de análise na quais os medos mais frequentes pudessem ser analisados. Pelo escopo do presente trabalho foi necessária uma redução na exposição do material analisado, sem prejuízo, contudo, de sua compreensão.

O QUE DIZEM AS CRIANÇAS

Inicialmente, observamos que nas classes médias e altas o medo de ladrões, sequestros e favelas foi extremamente evidenciado. Em contrapartida, nas classes baixas, além das referências à violência dos homens, o medo de animais (ratos, lacraias, cobras) e eventos inesperados como atropelamento revelam um distanciamento claro de percepções e atuação do sujeito perante a um mesmo sentimento.

1. MEDOS RECORRENTES EM CRIANÇAS DAS CLASSES ALTA E MÉDIA ALTA

1.1. LADRÃO

O ladrão foi um dos fatores mais evidenciados como causadores de medo nas crianças de classe média e classe média alta. É interessante observar como na grande maioria dos casos a solução apresentada para acabar com esse medo estava delegada ao poder do Estado: “tem que ter mais polícias nas ruas”, “a polícia tem que prender todos os ladrões do mundo”, “a polícia prendeu o ladrão” foram algumas das falas enunciadas por crianças das escolas particulares. Algumas outras

soluções foram apontadas como: "tentaria melhorar a condição de vida deles" ou "fiz análise para acabar com o medo".

No caso das crianças de baixa renda, o ladrão praticamente não apareceu. Quando este foi mencionado como causador do medo, a solução não estava atribuída ao poder do Estado e sim a atitude própria como: "matar o ladrão com uma espada". Acreditamos que a distinção nas soluções encontradas espelha a relação que as diferentes classes sociais mantêm com o aparato estatal. A lei/polícia certamente não é vista como instrumento de proteção das classes populares. A justiça, frequentemente, é feita pelas próprias mãos em contextos de extrema pobreza.



I ladrão, é a coisa mais perigosa do mundo. Para resolver esse problema tem que ter mais policiais pra querer e prender todos eles, é viscer que eu tenho medo.

Tinha medo de ladrão

O que faço para acabar com ele



Eu fiz análise para acabar com este medo

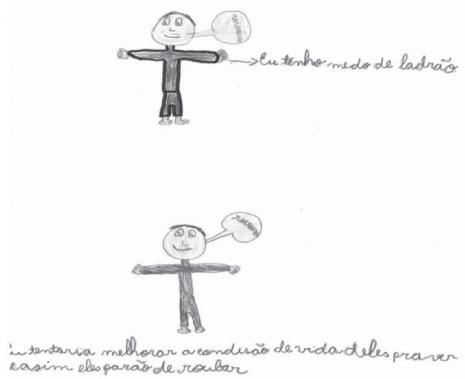
3 m. - 10.06.10.

I. 2. SEQUESTRO

O sequestro foi citado como um fator de ameaça por algumas crianças das classes mais altas.

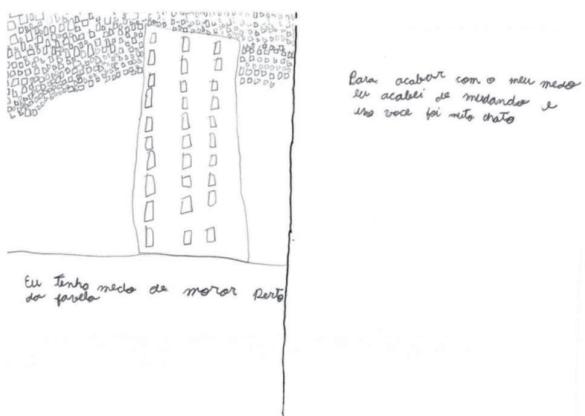


A melhoria de condições de vida do ladrão foi somente apontada por uma criança dentro de todas as estudadas. Assim, a descrença no poder público pelas classes menos favorecidas e a possibilidade de terapia como uma forma de extinção do medo já evidenciam algumas das diferenciações claras, tanto territoriais como individual.



1.3. A FAVELA COMO LUGAR DO PERIGO

Outro elemento claramente explicitado foi o medo das crianças de classe média e média alta por favelas, associado frequentemente a balas perdidas e criminalidade.

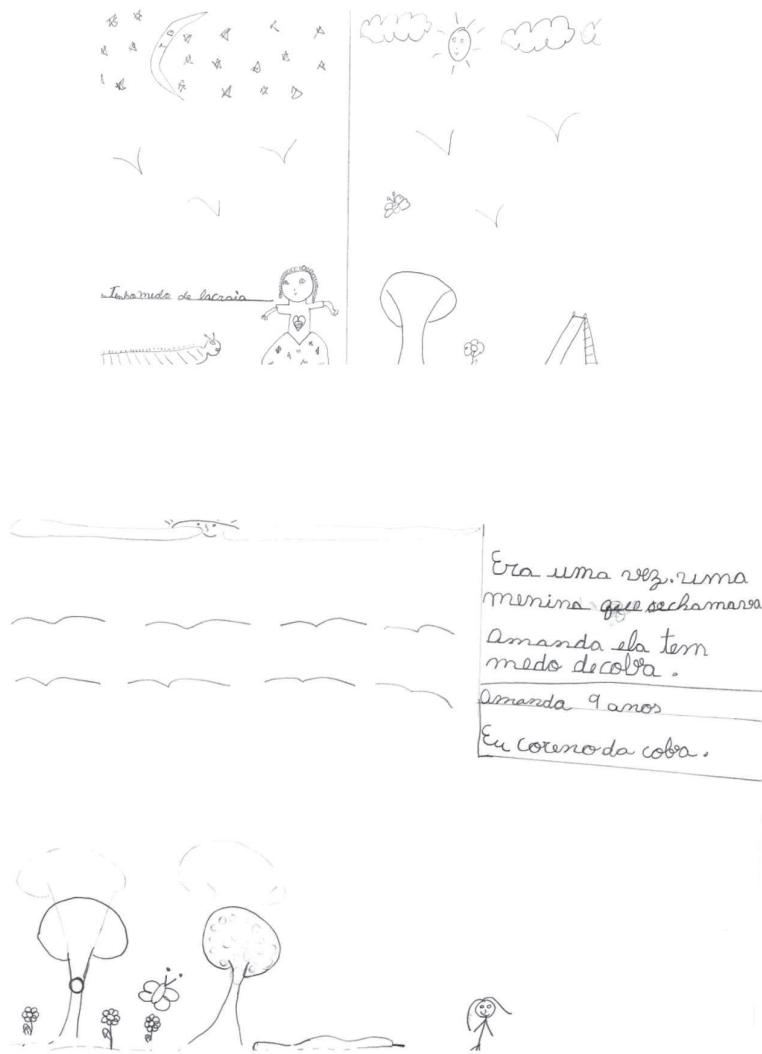


Ainda mais interessante que os medos apontados foram as soluções relatadas. A fuga foi algo claramente revelado: “para acabar com o medo eu acabei me mudando, isso foi muito chato”; “não ficar perto de onde tem tiroteio”, “comprar um carro blindado”. Não causa surpresa a criminalização da pobreza e a busca por soluções mais individualistas, como comprar um carro blindado. Pesquisas anteriores (Bittencourt, 2006, 2009, 2010; Novaes, Vilhena, Moreira, & Zamora, 2009; Vilhena, 2003, 2005, 2009; Zamora & Canarim, 2009) revelam que a favela sempre foi vista como lugar do crime e do perigo.

2. MEDOS EVIDENCIADOS POR CRIANÇAS DE CLASSES POPULARES

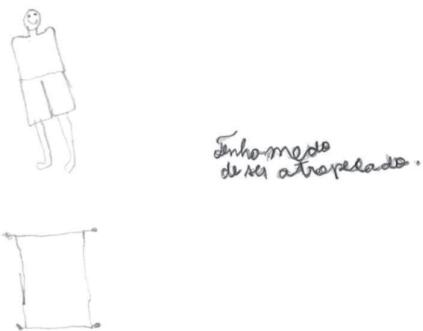
2.1. ANIMAIS PEÇONHENTOS

Outro elemento apontado que demonstra uma diferenciação territorial bem clara foram os medos evidenciados pelas classes sociais mais baixas. O medo por ratos, cobras e lacraias foram muito mais apontados, talvez em função das precárias condições de moradia (saneamento e esgoto).



2.2 ATROPELAMENTOS

Outro aspecto interessante, que mostra a influência da constituição territorial na subjetividade produzindo o medo, foi o receio por atropelamentos, apontado por diversas crianças. Nenhum sujeito de classe média e média alta demonstrou receio por esse tipo de situação.



2.3. MEDO DO CAVEIRÃO E DAS BALAS PERDIDAS

O *caveirão* (carro utilizado pelo BOPE) e as balas perdidas foram apontados por todas as crianças das comunidades carentes. Enquanto nas camadas mais altas o medo é de ser atingido pela bala do ladrão, nestas comunidades, nas quais a bala perdida é uma realidade constante, o recurso de esconder-se debaixo dos sofás aparece como uma alternativa criativa para escapar do tiroteio entre polícia e traficantes.

Em pesquisa realizada por Bittencourt (2010), ao serem solicitadas a desenhar seu local de moradia (sem especificar o medo), crianças da mesma favela representaram com muitorealismo a sua vida cotidiana. Foram mostrados diversos confrontos com muitos tiros, sangue e mortes, embates entre traficantes ou com a polícia. Por outro lado afirmaram que “na favela não tem assalto”. Mencionaram a função ambígua de bandido/justiceiro do “dono do morro”, que “protege as pessoas” mandando matar quem as molesta. A polícia apareceu, frequentemente, sempre em seu lado negativo: os excessos cometidos pelo Caveirão, tiros contra inocentes: “Fecham tudo no tiroteio porque lá os policiais pensam que todos são bandidos e primeiro eles atiram para depois saber quem é bandido e quem é morador”.

É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada antes da instauração das UPPs em algumas das comunidades pesquisadas, impossibilitando averiguar a existência de novas representações no imaginário acerca da presença da polícia nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa descrição de como se manifestam os medos infantis na vida cotidiana da cidade, podemos supor, apoiando-nos em evidenciações de Bittencourt (2006, 2010) e Campos et al. (2005), que os medos imaginários estão dando lugar aos concretos e reais, não permitindo que a criança elabore suas ansiedades. Os espaços lúdicos e as estratégias de significação do medo estão em muitas situações sendo aniquilados pela realidade violenta em que vivemos. Aliada a isso, a cultura do medo, frequentemente ampliada pelo sensacionalismo da mídia, explora de forma incondicionada as situações violentas, atingindo de forma direta a reconstrução simbólica de cada criança (Vilhena, 2005).

O fato de termos formadores de opinião tão fortes, como são os meios de comunicação, nos conduz a designar o que está presente no contexto da vida cotidiana como imprevisível, perigoso e desconhecido, conduzindo à formação de mundos separados, sendo o medo um grande condutor dessa separação. Não se trata de demonizar a mídia, uma vez que esta faz eco a uma sociedade que, cada vez mais, espelha uma “banalização do humano” em tudo aquilo que diz respeito à manutenção dos laços sociais.

Esse afastamento, inevitavelmente, produz um distanciamento e a impossibilidade de um espaço comum, tanto de convívio como de reivindicação, de debate político e estratégico. A *ágora*, o espaço público, agora se torna um espaço de perigo, imprevisibilidade, que pode ser constantemente atingido pelo imprevisível e desconhecido. Isso leva a práticas cada vez mais individualistas que enaltecem o consumismo, que em troca do medo oferecem a oportunidade de uma satisfação momentânea. Dessa forma, entra-se em um estado em que não há uma prática efetiva quanto aos medos que afligem a população, esta se isola não interagindo em uma prática de cidadania conjunta (Vilhena, 2003).

Estamos vivendo um tempo no qual os medos não são combatidos e sim patologizados, medicados e estereotipados. Isto leva os sujeitos a comportamentos individualistas, nos quais o que está além do próprio território é visto como ameaçador.

Winnicott (1975) ressalta que é no ambiente que se constrói a experiência que conduz à confiança, tanto nas relações iniciais entre o bebê e sua mãe quanto nas relações posteriores entre o indivíduo e seu mundo. É esse espaço de confiança que permite o acesso à maturidade e, para que isso ocorra, é necessário estabelecer uma ponte entre a realidade e a fantasia. Entretanto, estamos diante de outro processo, no qual muitas crianças vivenciam experiências que violentam seus espaços externos, tomados por uma realidade caótica, em que nem sempre podemos falar de fantasia.

Os desenhos colhidos na pesquisa de campo assim como nossa experiência no trabalho clínico com comunidades nos parecem ser uma ilustração deste fato.

REFERÊNCIAS

- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Bettelheim, B. (2001). *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bittencourt, C. M. F. (2004). Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Revista da Faculdade de Educação da USP. Educação & Pesquisa*, 30(3), 475-491.
- Bittencourt, M. I. G. F. (2006). Invasões bárbaras: espaço real, espaço simbólico e medos infantis. Anais do II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2006. Retirado de: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.5.3.3.htm>>.
- Bittencourt, M. I. G. F. (2009). Entre a luz e a sombra: repercussões sobre as crianças das condições de vida nas cidades contemporâneas. Trabalho apresentado no VI CONPSI – Maceió, 2009. Retirado de: <<http://www.conpsi6.ufba.br/>>.
- Bittencourt, M. I. G. F. (2010). O espaço e os outros. Aspectos da experiência da vida urbana retratada por crianças de diferentes classes sociais. *Revista Mal-Estar e subjetividade*, 10(4), 1301-1323.
- Bonato, M. (2010). O medo infantil e suas representações em diferentes classes sociais. Monografia de final de curso. Departamento de Psicologia, PUC-Rio.
- Campos, A., Weissheimer, J., Botelho, M., Campanella, P., Dutra, P., & Valetin, S. (2006). Medos infantis: do bicho papão a Pedro Dom. In: Anais da VII Jornada Clínica do SPA da PUC-Rio. Rio de Janeiro, Edição eletrônica.
- Castoriadis, C. (1992). *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Correa, F. (2008). Imaginários do medo: imprensa e violência urbana. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Comunicação Social. PUC-Rio.
- Grisa, A., & Lemes, A. (2008) – *Tenho medo do quê? Aguçando o olhado/a professor/a da educação infantil*. Retirado de: <<http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2008/artigos/pedagogia/385.pdf>>.
- Jameson, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Atica.
- Novaes, J. V., Vilhena, J., Moreira, A. C. G., & Zamora, M. H. (2009). As crianças que ninguém quer: a clínica psicanalítica em uma instituição de portas abertas. *Arquivos brasilienses de Psicologia*, 69(1), 16-29.

- Vergne, C. (2010). O olhar da Medusa e a petrificação do Outro: uma reflexão sobre as favelas cariocas. *Revista Polêmica*, 10(3), 8-21.
- Villhena, J. (2003). Da claustrofobia à agorafobia. Cidade, confinamento e subjetividade. *Revista Rio de Janeiro*, 9, 77-90.
- Vilhena, J. (2005). Da cultura do medo à fraternidade como laço social. In: Vilhena, J., Veiralves, R., & Zamora, M. H. (Orgs.). *As cidades e as formas de viver* (pp. 19-43). Rio de Janeiro: Ed. Museu da República.
- Vilhena, J. (2009). O Rio de Janeiro entre quatro paredes. Cidade, confinamento e sociabilidade. *Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath. Online*, 6(1), 101-107.
- Vilhena, J., & Santos, A. (2000). Quem cala consente. A cultura da violência e a ética da psicanálise. In: *Psyche. Revista de Estudos Psicanalíticos*, IV(5), 157-182.
- Wacquant, L. (2001) *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Zamora, M. H. (1999). Textura áspera. Confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas. (Tese de Doutorado). Departamento de Psicologia. PUC-Rio.
- Zamora, M. H., & Canarim, C. (2009). Direitos de crianças e adolescentes: extermínio, racismo e o velho silêncio. In: Sydow, E., & Mendonça, M. L. (Orgs.). *Direitos Humanos no Brasil* (pp. 161-170). São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Recebido em 31 de agosto de 2011
Aceito para publicação em 15 de novembro de 2011

SEÇÃO LIVRE

Torna tua a herança de teu pai: o Nome-do-Pai na psicanálise lacaniana

Reflexões sobre a clínica-escola, a psicanálise e sua transmissão

Contratransferência e enquadre psicanalítico em Pierre Fédida

Freud e a transferência dos psicóticos

